

A representação da mulher na imprensa feminina segundo os estudos de gênero¹

Caroline Brandão CARNEIRO²

Dayane Silva BORGES³

Luana Silva BORGES⁴

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Resumo

Este artigo pretende analisar como a imprensa feminina, proposital e reiteradamente, usa estratégias discursivas para manter as mulheres em padrões de gênero e heteronormatividade pré-estabelecidos. A imprensa feminina, com uso de recursos linguísticos para se aproximar das leitoras, retira as mulheres da realidade e da história ao difundir a imagem de um padrão único e praticamente inalcançável de mulher.

Palavras-chave: mulher; gênero; imprensa; feminilidade; comunicação.

INTRODUÇÃO

O que faz uma pessoa ser considerada mulher? Quais são os atributos destinados ao gênero feminino? Certamente que a maneira que uma mulher se vê pertencente a essa categoria de gênero foi uma construção de anos, já que as características ditas “femininas” são sociais – costumes, vestimentas, estética e comportamento. Essas designações são construídas nas mentes dos indivíduos a partir dos enunciados, dos

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFG, email: carolinecarneiro2@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFG, email: dayaneborges.ds@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso Luana Silva Borges, email: lusilvaborges@gmail.com

discursos presentes na linguagem, nas relações de poder que se estabelecem entre as pessoas, e também na área da comunicação.

O principal objeto de estudo do presente artigo é a forma que a imprensa difunde os enunciados que possibilitam a continuação do sistema binário de gênero, em que as mulheres são obrigadas a seguir um padrão heteronormativo formado a partir dos anseios de uma sociedade patriarcal. Nessa sociedade, não é permitido que todas as pessoas identificadas como do sexo feminino saiam das restrições estabelecidas, dos comportamentos adequados, como, por exemplo, não possuir a delicadeza, não se apresentar esteticamente de forma feminina, e até mesmo ter outros sonhos que fujam do padrão casar/tornar-se mãe.

Dentro desse quadro, a imprensa feminina é muito eficaz em manter as mulheres em busca do ideal de beleza e comportamento já estipulado. As revistas femininas tornaram-se realidade no Brasil ainda na primeira metade do século XIX, com a instauração da imprensa no país, e desde o seu marco a moda estava presente. A preocupação com a moda nas revistas de mulheres está muito ligada à aparência e também à busca do marido (BUITONI, 1981). Além disso, conforme Buitoni, a moda se liga a uma exigência por mudanças rápidas que não implicam alterações históricas ou quebras de paradigmas. Desse modo, as exigências por novos adornos e vestuários ligam-se a uma efemeridade que, propositalmente, não historiciza as mulheres.

Para explicar toda a estrutura em que a feminilidade está inserida, o artigo tem como objetivo comentar como ela se formou, e por isso se tratará aqui da constituição das diferenças sociais a partir das diferenças sexuais percebidas, o que é o gênero e as relações de poder que persistem entre masculino e feminino. Após, será problematizado o padrão eleito de “mulher”, vista como categoria biologizada e essencializada, em que é cristalizado entre as pessoas que toda mulher possui certas características naturais (que, na verdade, são históricas, culturais e políticas). Assim, o que é configurado ‘fora do padrão’ já é um comportamento – ou como Butler (1990) nomeia, uma performance – inadequada. As mulheres que fogem ao padrão de feminilidade são consideradas inferiores no sistema de gênero por ousarem sair do quadro rígido.

É também importante que a partir de um único ideal de mulher, o papel dela na sociedade também é traçado de acordo com as expectativas criadas. A maternidade compulsória, a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória são pautas feministas muito discutidas hoje em dia, para libertar a mulher do papel que a ela foi dado ao nascer. Para explicar todos esses conceitos, Judith Butler, Joan Scott, Ana Maria Colling e Dulcília Buitoni serão as autoras principais para compor o referencial teórico.

O SISTEMA DE GÊNERO

Conforme Butler (1990, p. 33), “o gênero é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório e rígido que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência [...] de uma maneira natural de ser”. Para entender como o sistema de gênero se constitui é importante ressaltar que, como destaca Bordo (1997, p. 20), “[...] nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminidade”. É interessante, então, analisar a ideia de feminilidade e de masculinidade. Segundo Bordo (1997), “a ideologia reinante da feminilidade, tão bem descrita por Betty Friedan e perfeitamente captada no cinema e na televisão da época – século XX –, era a de uma mulher infantil, insegura, indefesa sem um homem” (BORDO, 1997, p.24).

Quando comparamos a história e traçamos um perfil da feminilidade ao longo das épocas, também percebemos que a generificação é uma maneira muito eficaz de exercer controle social, criando assim o sistema de gênero. Por exemplo: anos 1940, a Europa estava em guerra e os homens morrendo pela pátria. Quem seriam os trabalhadores? Elas. Portanto, houve várias campanhas exaltando a força feminina na luta pela liberdade, pelo bem da nação.

Porém, dois anos após o fim da guerra, em 1947, o estilista Christian Dior lançou o “New look”, resgatando a “beleza da mulher” com vestidos extremamente acinturados, com tecidos nobres, chapéus pouco práticos, sapatos de salto, luvas, no intuito de resgatar a feminilidade em roupas que oprimiam o torso com espartilhos

apertados. Tudo isso era um retrocesso em relação à liberdade dos vestidos que as “melindrosas”, como as celebridades eram chamadas na época, conquistaram em 1920. Logo depois houve mais campanhas, dessa vez para exaltar não a trabalhadora, mas a dona de casa, a mãe, a esposa (LAVÉ, 1982). É a moda como regulador social.

O sexo também pode ser conceituado como algo construído. Não a constituição física de nossos corpos, mas as características e identidades que se dão a ele. O sexo pode ser biológico, mas o que o ser humano exerce com ele é cultural. Thomas Laqueur (1992) alega, por exemplo, que não há motivos para separar sexo de gênero. Na verdade, o sexo seria consequência do gênero, e não uma antecedência. Um dos argumentos para essa hipótese é de que, até meados do século XVIII, o sexo feminino era considerado como uma espécie de “aberração” oriunda do masculino, sendo esse o único sexo real, merecedor de destaque. As mulheres eram vistas como um macho incompleto, um ser com o corpo imperfeito, que não pode desempenhar suas atividades com exatidão devido às suas constituições físicas. E isso era perpetuado desde os tempos da Antiguidade, por inúmeros filósofos. As amazonas, por exemplo, cortavam os seios para não atrapalhar na hora de manusear o arco e flecha. Foram inúmeros os casos em que o corpo da mulher foi determinado como inferior, mais frágil, menos inteligente, menos hábil, impuro (devido à menstruação). Para Laqueur, as relações de gênero instituíram o sexo. E novamente, ele está enraizado ao ponto de não se saber mais quando os sujeitos passam a seguir tais normas.

Um dos discursos mais antigos, o grego, contribuiu para a perpetuação da subordinação feminina. Conforme explica Colling (2014), Platão afirma várias vezes que falar é dar à luz, que tanto homens quanto mulheres parem, porém, formas diferentes. Enquanto a mulher dá à luz a outro corpo, o homem dá às ideias, aos pensamentos, e o segundo seria mais importante. No livro Teeteto, o filósofo compara a parteira ao pensador e diz que ela libera um corpo, e o outro libera a alma. Os trabalhos femininos, portanto, são de menor importância, e não cabe a eles fazê-los além das mulheres por serem “desprovidas de talento”.

Quando se trata de saber e de poder, quando se trata de filósofos encarregados de governar a cidade, os interlocutores de Platão na obra A

República não mencionam nunca as mulheres. É o menosprezo com o que as mulheres sabem fazer, a começar pela maternidade e pelos desvelos maternos, que o filósofo ensina à cidade. “Conheces alguma profissão humana em que o género masculino não seja superior, em todos os aspectos, ao género feminino?” pergunta ele a Gláucon (COLLING, 2014, p. 48).

No que se refere à tentativa de masculinização do corpo feminino, por ele ser considerado um “erro” em relação ao do homem, Bordo afirma que remodelar um corpo para torná-lo mais masculino não é ganhar poder e privilégios masculinos. Sentir-se autônoma e livre enquanto atrela corpo e alma a uma atividade obsessiva é servir a uma ordem social, que limita as possibilidades femininas, e não transformá-la” A masculinidade, segundo Garcia (1998), “assim como a feminilidade é construída socialmente, é histórica, mutável e relacional” (p. 36).

Robert Brannon e Deborah David (1976) também estabeleceram condutas que seriam especificamente masculinas e definiriam como essenciais para um homem ser visto e reconhecido como tal. São elas: repudiar todo tipo de comportamento feminino e nunca usar artigos deste universo; sempre buscar o poder, a riqueza e o sucesso para se destacar e conseguir mais mulheres; ser emocionalmente reservado; assumir comportamentos de risco, como um caçador em busca da presa. Já a feminilidade é ligada à fragilidade, emoção, dependência social e financeira. Essas práticas se reiteram e se disseminam. Pelo lado da masculinidade, quando um homem heterossexual demonstra fragilidade, emoção e tudo que é atribuído ao feminino, ele é visto como “menos homem”. De acordo com Garcia (1998) “O medo da humilhação, de perder no *ranking* competitivo que se estabelece entre eles, são sentimentos que podem reforçar as definições tradicionais de masculinidade” (p. 43).

Assim, tem-se que o gênero é um sistema que se constrói com base no discurso, enunciados ditos e reiterados no cotidiano, e de maneira sutil, não comumente dito abertamente, para serem naturalizados e cristalizados na sociedade. Dentro desse quadro, a heterossexualidade é obrigatória e vista como única opção. As pessoas que não se encaixam nesses arquétipos criados – sejam por diferirem na orientação sexual,

na expressão ou na identidade de gênero – são bem passíveis de sofrer violência simbólica, verbal e física.

VISÕES DO SER FEMININO

A história da humanidade, como coloca Colling (2014), sempre foi escrita e vivenciada por homens e que por consequência as mulheres tiveram sua história ocultada e deturpada pela visão masculina. A mulher, então, seria destinada única e exclusivamente à função de ser mãe, esposa e cuidadora do lar, sendo assim, excluída dos grandes feitos da história. O corpo feminino e todas as atitudes que esse corpo expressa foi uma construção histórica, médica, psicológica, pedagógica e jurídica, sempre um discurso levando a outro e se tornando cada vez mais reforçado pela sociedade. São discursos que levaram os corpos, femininos e masculinos, a tomarem posições definindo o lugar social de cada indivíduo, mostrando que os conceitos de igualdade e diferença fazem parte de uma construção cultural e política.

Colling (2014) busca conceitos construídos e cristalizados no sexo feminino para demonstrar como a mulher é essencializada, é dualizada como a pessoa que nutre, que gera, que precisa ter um esposo para ser feliz, uma pessoa calada e quieta, submissa, virgem, muito pura; e a outra, devassa, que destrói famílias, ilude os homens, é maliciosa, sensual e incontrolável. Percebe-se como esses discursos confinam as mulheres ao lugar inferior. Elas são constantemente vistas como incapazes, dependentes do homem para orientá-las socialmente, domá-las psicologicamente e acalmá-las sexualmente. Já o sexo masculino é lido desde a Antiguidade como o ser perfeito, completo.

A História sempre foi uma profissão de homens que escreveram a história dos homens, apresentada como universal, na qual o “nós” é masculino e a história das mulheres desenvolve-se à sua margem. Estes homens descreveram as mulheres, foram seus porta-vozes, e com esse procedimento as enclausuraram, tornando-as invisíveis. (COLLING, 2014, p. 12).

Os discursos, reforçados por outros filósofos e estudiosos como Hipócrates e Rousseau, definiram não somente normas de comportamento, mas também as jurídicas

e as morais (COLLING, 2014). A última amarra necessária para confinar a mulher a essa submissão era o discurso religioso, muito influenciado por esses pensadores. A base do pensamento religioso judaico-cristão em relação às mulheres é a da mansidão e do pudor. As duas maiores figuras são Eva e Maria, as duas faces mais populares também do sexo feminino. Colling explica que Eva representa toda a mística feminina, a lascívia, a manipulação que ela supostamente possui, a culpa por ter aberto os males da humanidade, um ser maldoso e indigno de confiança. Maria, por outro lado, representa a calma, o extremo cuidado materno, o zelo pelo lar, a vida discreta, privada, a permissão de deixar os homens na vida pública. Maria é a síntese de todo o ideal masculino, a mãe virgem, e virgem santa. Interessante perceber como a virgindade é dada extrema importância. Como a autora diz (2014, p. 69), “pouco a pouco foi se transformando aquela visão que considerava a mulher como um ser submetido ao impulso sexual, fonte do pecado e da sexualidade [...] para conformar uma ideia totalmente contrária, a da mulher casta, isenta de impulso sexual”.

Além do discurso grego e religioso, tem-se como forma de colocar “ordem” os discursos médico, psiquiátrico e psicanalítico. Esses discursos, que pode-se chamar de discurso científico, fez o que pôde para usar de sua credibilidade e diminuir o feminino a um ser menor de idade permanentemente. O argumento do útero animalesco, como uma criatura dentro do corpo que se contrai e expande, faz doer por vontade própria, dominou a medicina por muito tempo, e novamente, fez acreditar que a mulher precisava do homem para satisfazê-la também fisicamente, pois só com o pênis o útero “se acalmaria”.

Quanto à mente, o machismo também levou os homens a se protegerem em seus privilégios. O médico Cesare Lombroso, por exemplo, dizia no século XIX que a mulher tinha a capacidade de manter-se em castidade, condição impossível para os homens, e que por isso, apenas elas deveriam sofrer punições com o adultério, pois era uma atitude incompatível com sua natureza pura e submissa.

Ao se analisar a história sob uma perspectiva de gênero, questiona-se a validade dos modelos interpretativos existentes, modifica-se a centralidade das análises hegemônicas, tornando visível o androcentrismo do discurso

científico e histórico tradicional, condicionando-se assim a produção global da história (COLLING, 2014, p. 15).

Nesse sentido, como coloca Bordo (1988, p.21), "[...] temos primeiro que abandonar a ideia de que o poder é algo possuído por um grupo e dirigido contra outro e pensar, em vez disso, na rede de práticas, instituições e tecnologias que sustentam posições de dominância dentro de um âmbito particular”.

IMAGEM VEICULADA DA MULHER NA IMPRENSA

Para que homens e mulheres incorporem o sistema rígido de gênero, que é reiteradamente discursivo e linguístico, a imprensa tornou-se um meio poderoso para a adesão das pessoas. Nesse sentido, vale dizer que a imprensa feminina liga-se à moda, que também exerce papel significativo ao instigar as mulheres a comprarem e usarem o que é bem visto em certo período. Mais do que roupas, a moda também influencia nos cortes de cabelo, na maneira de se portar e na forma de cuidar da pele, sendo considerada um dos mecanismos mais expressivos na construção do que é tido como “belo” e “feio”. Fatores econômicos, sociais e culturais também são responsáveis pelos arquétipos presentes em uma sociedade, ou seja, dependendo da situação atual de uma civilização, a valorização de certos aspectos ao invés de outros é muito comum. Um dos exemplos é a mudança estrutural que ocorreu na Primeira Grande Guerra. Ao encaminhar tantos homens para as batalhas de trincheiras, o governo estimulou que as mulheres deixassem seus lares para, além de serem mães, trabalharem para não deixar a economia parar. Buitoni (1981) destaca o surgimento da “mãe sofredora”, figura de uma mulher forte, que enfrenta dificuldades ao trabalhar enquanto seu marido e/ou seus filhos estão no fronte.

A valorização do trabalho feminino difere bastante da visão da década anterior, da “mulher-oásis”, quando as nações ainda viviam na tranquilidade da Belle Époque. A “mulher-oásis” é parecida com a figura de anjo, ela é delicada como uma flor, refrescante, encantadora. Porém, justamente por lhe ser atribuída tantas qualidades, a mulher é quase não-humana. A ela é concedida características etéreas, não corpóreas

(BUITONI, 1981). Essa visão também contribuiu para que a sociedade do começo do século XX acreditasse que as mulheres não deveriam trabalhar em áreas como política, pois isso as levaria à exaustão. Às poucas trabalhadoras da época, eram destinados trabalhos leves, que tivessem a ver com arte e cuidado.

Buitoni também nos mostra como a figura valorizada da mulher na imprensa é de uma pessoa branca e de classe social alta, pois ela precisa consumir para ser, ter os produtos da moda para sentir-se mais completa, liberada e independente, como as revistas femininas dos anos 1970 frisavam. Segundo a autora, a partir da década de 70,

Surge outra personagem: o homem até então pouco presente de maneira direta nesse tipo de publicações (embora seja o motivo chave da maioria delas). [...] há uma centralização em torno da mulher; o texto é dirigido a ela, [...] no entanto, as ações sugeridas são sempre em função dele. Ela vai fazer as coisas pra ele, para agradá-lo. Mais uma vez, apesar de toda aparência em contrário, o eixo principal é a passividade (BUITONI, 1981, p. 114).

A figura do homem também implica no conceito de heteronomia, quando o sujeito realiza atos e comporta-se em detrimento de outro, o verdadeiro objetivo é corresponder aos anseios de um “outro” que o comanda.

A outra categoria de análise refere-se à heteronomia, ou seja, a condição de ser um sujeito para o outro (e, não, para si mesmo) que de forma tão peculiar esteve sempre presente na construção da subjetividade feminina. Ao falar das mulheres trágicas gregas, fundamentais para a construção do estereótipo feminino da sociedade ocidental, Chauí aponta que seus crimes nasciam dos crimes masculinos e que suas ações eram espelhos das transgressões dos homens (BORGES, 2009, p. 28).

A presença do homem é constante pois como explica Chauí (1985, p. 44), o signo do amor faz com as mulheres sejam mais sensíveis do que os homens. Desde que a imprensa feminina começou, na primeira metade do século XIX, com o advento dos jornais brasileiros a partir da chegada da Família Real ao Brasil, ela difunde a passividade da mulher. Seja para agradar futuros maridos, respeitar os homens, a mulher precisa ser esperta, porém, sem ofuscar seu companheiro. Ela também necessita se espelhar em celebridades para atingir o ideal de delicadeza e charme das famosas de Hollywood. Nos anos 1940, a imprensa feminina foi bombardeada com a presença das

atrizes norte-americanas, que foram apresentadas como melhor exemplo de comportamento e estética feminina naquela década (BUITONI, 1981).

Borges (2009, p.21) também comenta que a imprensa feminina sempre teve como característica forte a manutenção de publicações limitadas a um *apartheid* feminino pela referência constante aos chavões do *mundo da mulher*. Esse mundo está muitas vezes desassociado ao mundo público, econômico, político, e por isso as notícias não fazem parte do corpus da imprensa feminina, exceto as que possuem uma conexão com o nomeado *mundo da mulher*, em que o cuidado, a estética e a afetividade são levados em conta. Pode-se perceber também como a linguagem é diferente na imprensa dedicada às mulheres. Os verbos são comumente usados no imperativo, criando uma situação em que os textos ordenam certo comportamento da parte delas. Compre, use, seja, deixe, esteja, são verbos que implicam em ordens.

Paradoxalmente ao usar tal modo verbal concomitantemente à linguagem coloquial, amiga, de “mulher para mulher” e longe das formalidades, as leitoras tendem a aceitar com menos resistência, já que a revolta não se levanta contra um discurso ameno, que se constrói no campo da “amizade”, tampouco a autocrítica é estimulada. A imprensa feminina não oferece maneiras de pensar a mulher no seu meio social. As revistas são vistas como confidentes, como amigas em que as jovens recebem conselhos de como se portar, como se vestir, o que está na moda. Por isso, a linguagem mais coloquial aproxima as leitoras, diminui a formalidade, constrói um ambiente como uma conversa entre amigas.

Outra característica presente nessa imprensa é a figura do “novo”, conforme Buitoni. Palavras como “moderna” são constantemente usadas para representar uma mulher que supostamente está à frente do seu tempo. Ela é incitada a mudar seus pertences e sua aparência para ser vista como uma pessoa atualizada, já que não seguir a moda e os novos costumes a inferioriza. A autora comenta que (1981, p.130)

Esse novo não é revolucionário, crítico, conscientizador. Não é a busca da modernidade que instaura novas formas de apresentação da realidade. É o novo pelo novo, por fora, pela superfície. É o novo que se originou talvez na moda, sistema que exige mudanças a cada estação. Se a imprensa feminina nasceu veículo de difusão de moda, dificilmente se afastaria desse novo,

razão de ser de seu assunto principal. E o novo acabou contaminando qualquer conteúdo que fosse incluído em páginas dedicadas à mulher.

O “novo” nessa imprensa é um mecanismo de escravização que enquadra o sujeito à reprodução de símbolos característicos do gênero feminino. Ou seja, para ser considerada uma mulher de respeito, de verdade, a pessoa precisa ter consigo todos os elementos que a façam feminina - salto alto, bolsa, maquiagem, costumes, modos de falar. São os artigos que configuram o corpo ao gênero, e esse é construído a partir de diferenças sexuais que não permitem que se saia desse sistema.

Buitoni ressalta que a presença do “novo” não é vanguardista, seu objetivo é apenas a esfera do consumo. Outra característica marcante nos textos voltados a elas é a ligação tênue com a atualidade. As notícias quentes não são comuns, a não ser que tratem de fatos muito pertinentes na sociedade no período, mas comumente tratadas de outras formas, como crônicas (1981). As pautas frias são mais utilizadas justamente para retirar o caráter histórico da mulher. A imprensa feminina não apresenta muita atualidade em suas produções, pois o desejo é o de apresentar uma mulher idealizada, essencializada, que se distancia das mulheres históricas, diferentes entre si pela etnia, pela classe, pela sexualidade, por fatores concretos. Ao contrário, ao invés de tratar de fatos reais que as mulheres vivem no seu dia-a-dia, as revistas femininas servem como distração e divertimento.

Mas não nos esqueçamos que a mulher genérica, modelo da cultura ocidental, é calcada sobre o estereótipo de bem-estar atingido no mínimo por uma classe média. Essa mulher-média, dotada de beleza e conforto, serve, paradoxalmente, para eliminar a ideia de conflito de classes [...] A mulher branca, sorridente, é rótulo e marca do produto chamado imprensa feminina. Verdadeira mulher de papel, que conserva fracos pontos de contato com a realidade. Num país de mestiços, a negra raramente surge em revistas femininas, a não ser como manequim exótico (1981, p. 142).

Para compreender a realidade da mulher brasileira, não se pode ignorar outros fatores que a constituem como sujeito. A raça e a classe também são elementos geralmente excluídos na imprensa feminina, mas que precisam ser levados em conta para que se possa entender a mulher em sua totalidade. Segundo Creshaw (2002, p.177), a interseccionalidade é um conceito que busca “capturar as consequências estruturais e

dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Há outros sistemas discriminatórios que oprimem os sujeitos, como o racismo, a opressão de classe, a xenofobia, etc. Como explica Rodriguez (2013), a interseccionalidade permite visibilizar as várias formas de ser mulher, para que ela não seja reduzida a uma única representação que inferioriza e apaga as outras. Uma mulher negra, por exemplo, sofre diferentes opressões e enxerga o mundo e suas relações interpessoais de outra maneira da mulher branca, principalmente se elas forem de classes sociais distintas.

Sobre as realidades vividas pelas mulheres, Ribeiro (2016, p. 100) afirma que

Pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos.

Hoje, porém, os meios de comunicação estão muito voltados à crescente onda feminista, à emancipação das mulheres, e por isso pautas feministas como o trabalho fora de casa, a liberdade de ir e vir, usar o que lhe interessar e o direito de não casar e/ou abdicar da maternidade estão “na moda”. A apropriação do movimento feminista é mais uma tentativa de capitalizar as reivindicações, e propor na imprensa feminina um “novo” diferente, uma nova tendência em que as jovens serão independentes e espertas, para novamente agradarem os homens e estarem à sua disposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde novas, as garotas precisam passar por inúmeros processos para sentirem-se “mulher”, o corpo quase sempre é modificado – desde pintar a unha a realizar cirurgias para remodelar alguma parte – e mesmo assim as mulheres continuam insatisfeitas, em luta com a própria aparência. Como lidar bem com essa relação corpo real x corpo ideal quando a população feminina é tão bombardeada por imagens editadas de celebridades com aparências tão destoantes do cotidiano?

O sonho do corpo perfeito também está intimamente ligado ao dinheiro, pois só com uma renda alta se consegue a imagem desejada, geralmente de uma mulher branca, com feições atreladas à etnia europeia e magra. A imprensa feminina, portanto, constrói

seus textos, suas produções, em sua maioria para a mulher padrão da classe média ou alta, alguém que pode arcar com os custos de se viver com conforto, como essa imprensa costuma ditar. Ao longo das revistas femininas, as propagandas de novas coleções de roupas, de maquiagens da moda, as tendências do ano instigam as mulheres a mudarem sempre em busca do belo e do desejado. O alvo continua sendo o homem, mesmo com o discurso de “inovar-se” e de “ser uma mulher independente”, a ideia continua sendo a de passividade.

Quanto aos corpos abjetos (BUTLER, 1990), os sujeitos que fogem ao padrão do gênero ficam à margem da sociedade, sujeitos a atos de violência “corretiva”, intuito de obrigar a pessoa a assumir “seu papel” e ter o sexo (sua constituição biológica) em concordância com seu gênero (sua identidade) e seu desejo (a orientação sexual).

Para permitir que os indivíduos furem essa barreira e se afirmem como sujeitos sociais constituídos de história, experiência e de direitos, é importante, então, escancarar para toda a sociedade a vivência das pessoas que vivem todos os dias opressões de gênero invisíveis. Esses problemas só serão resolvidos quando os fatores culturais, políticos e econômicos que os permitem continuarem escondidos se infiltrarem na nossa linguagem, possam ser debatidos pelas áreas marginais da sociedade explorada sexualmente (DELANY, 1988).

Elaborar mecanismos de resistência também é ocupar o espaço da comunicação, da imprensa, tornar esse serviço aberto para todas e todos. Delany (1988, p. 175) afirma que “essa revolução vai acontecer precisamente em decorrência da infiltração de uma linguagem clara e articulada nas áreas marginais da exploração sexual humana”, ou seja, quando a sociedade estiver consciente da violência simbólica existente na estrutura - nas escolas, nas produções acadêmicas, nas famílias e também nos veículos de comunicação.

REFERÊNCIAS

BORDO, Susan R. **O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault**. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R.; DE FREITAS, Britta Lemos. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BORGES, Luana da Silva. **As representações do feminino por Clarice Lispector e por suas “máscaras”**. 156 folhas. Trabalho de conclusão de curso – Comunicação Social – Jornalismo, Universidade Federal de Goiás, 2009.

BRANNON, R., DAVID, Deborah. **The forty-nine percent majority**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1976.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. Edições Loyola, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: **Perspectivas Antropológicas de Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, n.4, p. 25-62.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados: UFGD, 2014.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DELANY, Samuel R. **The Motion of Light in Water: Sex and Science Fiction Writing in the East Villlage, 1957-1965**. New York : New American Library, 1988, p. 143-77.

GARCIA, Sandra M. **Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero**. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades: outras palavras**. Editora 34, 1998.

LAQUEUR, Thomas. **La construcción Del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud**. Madrid: Cátedra, 1994.

LAVER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. Editora Companhia das Letras, 1982.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro para um novo marco civilizatório**, *SUR* 24 (2016), acesso em 28 jul. 2017,
<http://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-marco-civilizatorio/>

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 16, 2013.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Autêntica, 2016.

SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.